



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - CGAD

PARECER n. 00354/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU

NUP: 02000.005118/2021-92

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO. CONTINUIDADE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PROGRAMA ARPA. EXECUTORES FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO E ESTADO DO TOCANTINS. INTERVENIÊNCIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL. VIABILIDADE. RECOMENDAÇÕES.

Senhor Consultor Jurídico,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo encaminhado a esta CONJUR/MMA, solicitando manifestação quanto à viabilidade jurídica da celebração de novo Acordo de Cooperação (SEI 0785376), a fim de permitir a continuidade do arranjo institucional construído entre o Estado do Tocantins (órgão gestor das Unidades de Conservação estaduais - OG) e o FUNBIO (Executor financeiro do Projeto), para a efetiva consecução da Fase III do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.
2. A unidade técnica se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1162/2021-MMA (SEI 0785402), na qual faz uma explanação acerca do Projeto ARPA e sobre a conveniência e oportunidade da continuidade da execução desse Projeto.
3. Foram juntados aos autos os seguintes documentos:
 - a) minuta do Acordo (SEI 0785376);
 - b) minuta do Plano de Trabalho (SEI 0785379);
 - c) documentos do representante do Estado de Tocantins (SEI 0785382, 0785384, 0785386);
 - d) documentos do representante do FUNBIO (SEI 0785400)
 - e) Manual Operacional do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (SEI 0778104);
 - f) Ata da última assembleia de eleição do Presidente do FUNBIO, procuração e comprovante de endereço do seu representante legal (SEI 0785392, 0785397, 0785401);
 - g) Nota Técnica nº 1162/2021-MMA (SEI 0785402);
4. É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

5. *Ab initio*, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria Jurídica se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993. Portanto, embora seja atribuição desta Consultoria o assessoramento jurídico acerca do controle interno da legalidade dos atos administrativos, a presente análise não adentrará em aspectos técnicos, financeiros ou orçamentários, bem como na avaliação acerca da conveniência e oportunidade da prática de atos administrativos, em cumprimento às competências normativamente delimitadas.
6. Constata-se que consiste em mais uma expiração do prazo de vigência de Acordo de Cooperação, que inviabilizou a sua prorrogação em tempo hábil, conforme determina a legislação.
7. Cumpra alertar que tem se tornado rotineira a expiração do prazo de vigência de instrumentos, especialmente Acordos de Cooperação, sob a reiterada justificativa de que a causa foi a reorganização institucional promovida no âmbito dessa Pasta Ministerial. A justificativa não parece consistente, visto que independentemente da organização institucional, os instrumentos firmados pelo Ministério do Meio Ambiente devem continuar sendo monitorados pelas autoridades e técnicos competentes, a fim de evitar prejuízos à execução das políticas públicas ambientais, ou mesmo prejuízos de ordem financeira ou orçamentária.
8. Nesse sentido, alerta-se o gestor para adotar maior cautela no acompanhamento de tais instrumentos, a fim de evitar quaisquer prejuízos e eventuais questionamentos futuros por órgãos de controle interno ou externo.
9. Ultrapassado esse ponto e considerando que não compete a esta Consultoria Jurídica avaliar a decisão do gestor em firmar novamente o Acordo para a sua continuidade, passa-se à análise dos aspectos jurídicos do instrumento.
10. Depreende-se dos autos, que o Acordo de Cooperação a ser firmado entre o Estado do Tocantins (órgão gestor das Unidades de Conservação estaduais - OG) e o FUNBIO (Executor financeiro do Projeto), para a efetiva consecução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, regido pelo

Decreto nº 8.505/15, e que possui os seguintes objetivos:

Art. 1º O Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, terá os seguintes objetivos:

- I - apoiar a criação e a consolidação de unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integram o Programa;
- II - auxiliar a manutenção das unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integram o Programa, conforme seus manuais e normas;
- III - propor mecanismos que garantam a sustentação financeira das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável em longo prazo; e
- IV - promover a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

11. A fim de possibilitar a implementação e execução do Programa ARPA, foi firmado Acordo de Cooperação entre MMA e FUNBIO, a fim de formalizar as obrigações já assumidas no âmbito do Programa e que encontram-se definidas no Manual Operacional do Projeto - MOP. Referido Acordo foi formalizado no bojo do processo administrativo NUP 02000.002272/2002-40.

12. Sobre o Programa e a importância de sua continuidade, pede-se vênica para transcrever trechos da NOTA INFORMATIVA nº 188/2020-MMA, produzida pela Secretaria de Biodiversidade no processo NUP 02000.002272/2002-40, quando da análise do Acordo de Cooperação entre MMA e FUNBIO, *verbis*:

Para que as atividades do Programa pudessem ser desenvolvidas, firmou-se um Acordo de Cooperação entre o MMA e o FUNBIO. No entanto, esse Acordo de Cooperação expirou em maio de 2019. Um Novo Acordo foi encaminhado ao Gabinete da SBio (GAB/SBio) em outubro do mesmo ano pois, em função das alterações ocorridas na estrutura da administração federal, incluindo o Ministério do Meio Ambiente, ao longo do primeiro semestre de 2019 e ainda em curso, não houve tempo hábil nem condições administrativas para encaminhar a prorrogação do referido Acordo antes do término do seu prazo de validade, conforme indicado na Nota Informativa 1840/2019-MMA (0500647). Entretanto, em função da solicitação de complementações pela CONJUR em 12/11 (0495201), o processo foi reencaminhado pelo Departamento de Áreas Protegidas - DAP ao GAB/SBio, com as complementações solicitadas, em 06/12 e, por meio desta, solicita-se que sejam encaminhadas para apreciação da CONJUR. Após essa etapa, ainda será necessária a assinatura do mesmo por todas as partes envolvidas.

(...)

A necessidade de um novo Acordo de Cooperação para o Programa ARPA se dá em função da duração das ações do Programa já em andamento desde 2002 e com término previsto para 2039, estipulados pelo Decreto 8.505/2015 - SEI 0448550, (que substituiu o Decreto 4.326/2002), corroboradas pelo e Decreto 10.140, de 28 de novembro de 2019 (SEI 0523215), que revisa e revalida a estrutura do Comitê do Programa. Ambos ainda vigentes.

Além dos decretos, o Manual Operacional do Programa Arpa (SEI0448543), estabelece e descreve o arranjo institucional do Programa, sua estrutura legal e de execução, indicando o MMA como coordenador do Programa e elencando as diversas atribuições do órgão em relação ao ARPA, principalmente em seu *Capítulo 5. Arranjo Institucional do Programa ARPA* e em seu subitem *5.1. O Ministério do Meio Ambiente*.

Informamos ainda que o Programa ARPA faz parte do planejamento mais amplo do DAP que, tendo em vista a complexidade e magnitude de suas atribuições enquanto coordenador do SNUC e a limitação orçamentária do MMA e consequentemente da SBio, conta com diversos Programas e Projetos de Cooperação Internacional construídos, coordenados e implementados de forma integrada e complementar que garantem as ações do Departamento tanto no nível nacional como de forma mais eficiente em cada bioma brasileiro.

Nesse contexto, o Programa ARPA, o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo, é o maior Programa coordenado pelo Departamento voltado para a região Amazônica, garantindo o cumprimento das atribuições da DAP nesse bioma. Destaca-se que seu objetivo, metas e componentes contribuem diretamente para a consolidação do SNUC na Amazônia, por meio do apoio à implementação da gestão de 60.000.000 de hectares em unidades de conservação: execução de seus planos de manejo, funcionamento dos conselhos gestores, implementação das atividades de uso público, incluindo turismo, promoção das cadeias produtivas sustentáveis, monitoramento e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. O Programa apoia ainda a implementação de políticas voltadas ao planejamento e sustentabilidade financeira do subsistema de unidades de conservação da Amazônia, garantindo também a renda e economia local das comunidades residentes nessas regiões, fomentando a bioeconomia.

Tais metas estão diretamente refletidas nas atribuições do MMA estabelecidas pelo Decreto 9.672/2019, em seu artigo 15º, das quais destaco:

- I - subsidiar a formulação e a definição de políticas, projetos e estratégias para a conservação das unidades de conservação e dos espaços territoriais especialmente protegidos;*
- II - apoiar a coordenação do SNUC, incluído o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;*

III - articular e fomentar a participação dos órgãos ambientais federais, estaduais, distrital e municipais, e da sociedade civil para ampliação e consolidação do SNUC;

IV - propor, desenvolver e avaliar instrumentos de projeção de custos e alternativas para a gestão técnica e financeira e de captação de recursos para o SNUC;

IX - coordenar, no âmbito de suas competências, a implementação dos acordos internacionais relacionados às áreas protegidas;

X - coordenar com a Secretaria de Ecoturismo as ações necessárias para o aproveitamento turístico sustentável das Unidades de Conservação; e

XI - coordenar e monitorar a implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, nos termos do Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015.

Refletem-se ainda nas principais agendas estabelecidas para o Departamento para o Planejamento Estratégico atual:

Implementação da Meta 11 de Aichi: tal meta prevê que "pelo menos [...] 30% da Amazônia, especialmente áreas de importância particular para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, devem estar conservadas por meio de gerenciamento eficiente e equitativo, ecologicamente representadas, com sistemas bem conectados de áreas protegidas e outras medidas eficientes de conservação baseadas em área, e integradas em mais amplas paisagens terrestres e marinhas".

Sustentabilidade Financeira para o SNUC: o projeto apoiou o desenvolvimento de estudos e mecanismos para sustentabilidade do SNUC na Amazônia cuja implementação está em andamento.

Comunicação e divulgação da importância e benefícios das Unidades de Conservação: o projeto apoia atividades de educação ambiental, comunicação, fortalecimento de cadeias produtivas e turismo, que refletem diretamente na percepção e aumento dos benefícios das UCs para a economia local.

Por fim, informa-se que as ações do Programa contribuem com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ENDES, cujo eixo ambiental prevê *"Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social"*, atuando diretamente no *Índice de performance Ambiental*, uma vez que dentre os indicadores que o compõe estão o indicador de *Proteção de Biomas*, *Índice de proteção de espécies*, *Índice de representatividade*, *Índice de habitat de espécies* e *Perda de cobertura florestal*.

Acréscita-se que o planejamento atual do Programa prevê a continuidade das ações em andamento pelo Programa, com a execução de R\$ 124 milhões durante o biênio 2019-2020, para expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas a curto/longo prazo e promover o desenvolvimento sustentável na região.

Sem as ações apoiadas pelo Programa, tais metas estarão comprometidas principalmente para a Amazônia.

13. Ao analisar o Manual Operacional do Programa (Abril/2017), documento que detalha todo o Programa, inclusive o seu arranjo institucional, verifica-se que o MMA é participante estratégico, cuja atribuição principal é de Coordenador, sendo que o seu *"principal papel é monitorar e assegurar a manutenção e melhoria do avanço técnico para a consolidação de UCs e a manutenção das UCs no longo prazo, assumindo plenamente a responsabilidade pela apresentação de relatórios e análises conforme disposto neste Manual"*. (fl. 12 - MOP). Segundo o documento, são atribuições do MMA:

Detalhamento Dos Órgãos E Entes Públicos Participantes E Executores Do Programa Arpa

5.1 O Ministério do Meio Ambiente

O MMA é o coordenador do Programa ARPA e o seu principal papel é monitorar e assegurar a manutenção e melhoria do avanço técnico para a consolidação de UCs e a manutenção das UCs no longo prazo, assumindo plenamente a responsabilidade pela apresentação de relatórios e análises conforme disposto neste Manual.

Compete ao MMA as seguintes atividades, além de demais atribuições elencadas neste MOP:

a) Coordenar a execução do Programa ARPA, nos termos do Decreto Nº 8.505 de 20 de agosto de 2015, visando à criação e consolidação de, ao menos, 60 (sessenta) milhões de hectares de UCs no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;

b) Promover a articulação entre os OGs das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, o GF, o CP e o CFT;

c) Buscar o aporte de recursos financeiros necessários para a implementação do Programa ARPA no âmbito do Governo Federal, disponibilizados por meio do orçamento anual da União, para atividades nas UCs e pela UCP;

d) Envidar esforços para viabilizar pessoal adequado, nas UCs e na UCP, para a execução do Programa ARPA;

e) Presidir e manter o CP; 13

f) Manter a Unidade de Coordenação do Programa - UCP, para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do Programa ARPA e que funcionará como Secretaria Executiva para o CP, responsável pela comunicação entre CP e CFT;

- g) Convocar e manter o Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA, e coordenar e convocar o Fórum Técnico e a Comissão de Gestores;
- h) Organizar o processo de alocação de recursos nos orçamentos bianuais das UCs em conjunto com o GF;
- i) Revisar os orçamentos bianuais propostos pelas UCs e OGs no que tange à elegibilidade para as metas e os objetivos do Programa;
- j) Consolidar, anualmente, todos os relatórios financeiros e de implementação referentes às UCs apoiadas pelo Programa ARPA, conforme Relatório A do Anexo 2.7;
- k) Monitorar o cumprimento dos planos de consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- l) Disponibilizar ao CP e ao CFT os dados referentes à alteração da cobertura florestal por UC, ao monitoramento da biodiversidade, as novas UCs criadas e os indicadores de benefícios socioambientais bienalmente;
- m) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA, conforme Relatório B do Anexo 2.7, fazendo uso dos dados e análises apresentados pelos OGs;
- n) Elaborar, e apresentar ao CP, o Relatório Bianual de necessidades financeiras do ARPA, conforme Relatório C do Anexo 2.7;
- o) Elaborar o Relatório de Avaliação de Efetividade, a cada cinco anos, conforme Relatório D do Anexo 2.7;
- p) Manter, atualizar e realizar, com apoio do GF, análises regularmente da modelagem de custos e da modelagem financeira do Programa ARPA, conforme Relatório E e F do Anexo 2.7;
- q) Monitorar, em conjunto com os OGs, o cumprimento das Condições de Desembolso, tal como estabelecido no Módulo 2 deste MOP;
- r) Consolidar anualmente o relatório de equipe alocada nas UCs apoiadas pelo Programa ARPA, conforme relatório A;
- s) Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo GF.

14. Percebe-se, portanto, que a participação do MMA no Programa ARPA é de fundamental importância, o que tornou imprescindível a formalização da parceria com o FUNBIO por meio de Acordo de Cooperação.

15. Todavia, no caso dos autos, o papel do MMA é apenas de interveniente, cabendo a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho ao Estado de Rondônia e FUNBIO, seguindo as diretrizes do Manual Operacional do Programa, senão vejamos:

5.3 Os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação

O ICMBio é o órgão gestor das UCs federais. Na esfera estadual, o Programa ARPA opera com os OGs dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Os OGs das UCs são os atores-chave para o Programa ARPA, encarregados de, efetivamente, executar todas as atividades necessárias para a consolidação e manutenção das UCs. Assim, constituem atribuições dos OGs, além das demais obrigações descritas neste MOP ou nos ACTs:

- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Programa ARPA sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Programa ARPA sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Programa ARPA e necessidades de gestão das UCs;
- c) Elaborar estudos para a criação de UCs, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa ARPA, e fornecer ao MMA a base cartográfica em formato digital das áreas propostas para apoio do Programa ARPA;
- d) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- e) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referencias aplicáveis;
- f) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Programa ARPA, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme este MOP;
- g) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- h) Implementar os Termos de Compromisso firmados com apoio do Programa ARPA;
- i) Elaborar o detalhamento dos Planos Estratégicos Plurianuais dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo CP; 15
- j) Fornecer as informações necessárias para que o GF possa executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo GF;
- k) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao GF e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Programa ARPA;
- l) Informar imediatamente ao GF toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo GF para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;
- m) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo GF, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à(s) UC(s) (quando necessário) ou a informações;

- n) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo GF, avaliando seus resultados;
- o) Adotar os procedimentos estabelecidos neste MOP;
- p) Informar ao GF, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;
- q) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Estratégicos Plurianuais;
- r) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;
- s) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);
- t) Viabilizar a participação dos funcionários do OG das UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Programa ARPA;
- u) Indicar, em cada UC apoiada pelo Programa, um servidor que será o ponto focal do Programa ARPA na UC;
- v) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;
- w) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;
- x) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA; e
- y) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no anexo 2.7, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.

16. Sobre o Acordo de Cooperação é oportuno ressaltar que, em regra, são instrumentos que formalizam a execução de atividades em parceria com órgãos públicos (federais, estaduais ou municipais), organizações não governamentais ou entidades particulares sem que haja repasse de recursos financeiros, devendo cada partícipe aplicar seus próprios recursos na consecução do pactuado.

17. Por não pressupor a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, a disciplina do Decreto nº 6.170/2007 e da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 não se aplica ao Acordo de Cooperação, incidindo: (i) nas relações estabelecidas entre órgãos e/ou entidades da Administração Pública o disposto no art. 116, caput e parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, no que couber; e (ii) nas parcerias da Administração Pública com entidades privadas sem fins lucrativos, legalmente denominadas de organizações da sociedade civil, o disposto na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto nº 8.726/2016.

18. No caso em análise, verifica-se que a parceria será firmada com o FUNBIO, associação civil sem fins lucrativos, com título de OSCIP. Dessa maneira, a parceria em tela será regida pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, bem como pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que a regulamenta.

19. O Decreto nº 8.726/2016 assim dispõe sobre os Acordo de Cooperação, *verbis*:

Art. 6º São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos dispostos no Capítulo I, Seção I - Disposições preliminares, e, no que couber, o disposto nos seguintes Capítulos:

I - Capítulo II - Do chamamento público;

II - Capítulo III - Da celebração do instrumento de parceria, exceto quanto ao disposto no:

a) art. 24;

b) art. 25, caput, incisos V a VII, e § 1º; e

c) art. 32;

III - Capítulo VIII - Das sanções;

IV - Capítulo IX - Do procedimento de manifestação de interesse social;

V - Capítulo X - Da transparência e divulgação das ações;

VI - Capítulo XI - Do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração; e

VII - Capítulo XII - Disposições finais.

§ 1º As regras e os procedimentos dispostos nos demais Capítulos são aplicáveis somente a acordo de cooperação que envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial e poderão ser afastadas quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público envolvido, mediante justificativa prévia.

§ 2º O órgão ou a entidade pública federal, para celebração de acordo de cooperação que não envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial, poderá, mediante justificativa prévia e considerando a complexidade da parceria e o interesse público:

I - afastar as exigências previstas nos Capítulos II e III, especialmente aquelas dispostas nos art.8º, art. 23 e art. 26 a art. 29; e

II - estabelecer procedimento de prestação de contas previsto no art. 63, § 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, ou sua dispensa

20. No que pertine ao chamamento público, verifica-se que a Lei nº 13.019/2014 declara como hipótese de inexigência desse ato quando o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos.

(...)

21. **Quanto à legalidade do acordo a ser firmado, vale ser ressaltado que o órgão competente para assessoramento jurídico do Estado de Tocantins é sua Procuradoria-Geral, que detém a competência para apreciação jurídica dos aspectos legais do ajuste a ser firmado entre o FUNBIO e o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins).**

22. Dessa forma, tem-se que a esta Consultoria Jurídica - MMA resta analisar apenas os aspectos jurídicos formais da minuta apresentada, exclusivamente quanto as atribuições conferidas a este Ministério, na qualidade de interveniente do ajuste.

23. Nesse sentido, verifica-se que as atribuições do MMA, previstas na Cláusula Terceira, inciso III, da minuta encaminhada são compatíveis com a figura de interveniente do ajuste e estão de conformidade com o Acordo de Cooperação "principal" firmado diretamente entre MMA e FUNBIO (NUP 02000.002272/2002-40), bem como com as obrigações previstas no MOP do Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

24. Ademais, a redação da referida cláusula seguiu a recomendação constante do PARECER n. 00284/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU, desta Consultoria Jurídica, exarado no âmbito do Processo SEI nº 02000.004917/2021-41, que analisou a viabilidade jurídica da celebração do novo Acordo de Cooperação entre o Estado do Amazonas e o FUNBIO para execução do Programa ARPA Fase III.

25. Por fim, ressalta-se que o AC pretendido não prevê repasse de recursos entre os participantes e no que respeita, exclusivamente, às obrigações do MMA como interveniente neste ajuste, é possível concluir que são condizentes com as suas finalidades institucionais deste Ministério.

26. Recomenda-se, contudo, que seja oportunamente juntada aos autos a manifestação jurídica da Procuradoria-Geral do Estado de Tocantins acerca do presente ajuste.

III - CONCLUSÃO

27. Ante o exposto, e sem adentrar em apreciações acerca da conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria Jurídica, sob o aspecto jurídico-formal o arranjo institucional proposto na minuta do Acordo de Cooperação (SEI 0785376) foi elaborado em consonância com as normas pertinentes à matéria, não havendo obstáculo jurídico para a sua assinatura, observada a recomendação do item 26 *supra*.

28. Destaca-se, por fim, o disposto nos Enunciados de Boa Prática Consultiva da Advocacia Geral da União (BPC/AGU) nº04 e 05:

BPC nº 4/2016

A rubrica em minutas de editais, contratos, convênios ou congêneres é formalidade meramente indicativa das folhas efetivamente apreciadas, e não substitui a elaboração da manifestação consultiva destinada a seu exame e aprovação.

BCP nº 5/2016

Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas.

29. Nesse sentido, não há necessidade de devolução dos autos a esta Consultoria Jurídica para análise sobre o atendimento das recomendações do Parecer.

À consideração superior. Em seguida, à Secretaria de Áreas Protegidas e Ecoturismo, para conhecimento e adoção das providências decorrentes.

Brasília, 30 de setembro de 2021.

RODRIGO MAGALHÃES PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Aprovo o PARECER N. 00354/2021/CONJUR-MMA/CGU/AGU
Brasília, 30 de setembro de 2021.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY

ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000005118202192 e da chave de acesso f8311d17

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 735715560 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO MAGALHAES PEREIRA. Data e Hora: 30-09-2021 20:38. Número de Série: 7345171479123410661. Emissor: AC CAIXA PF v2.

Documento assinado eletronicamente por SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 735715560 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SERGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY. Data e Hora: 04-10-2021 11:21. Número de Série: 22445. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidencia da Republica v5.
